

CPMI do INSS começa trabalhos nesta semana

Adultização será outro foco do Congresso Nacional

Por Gabriela Gallo

Nesta semana se iniciarão os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigará o esquema fraudulento de desvio de recursos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A informação foi confirmada pelo presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), durante sessão no plenário na última quarta-feira (13).

O relator da comissão será o deputado federal Ricardo Ayres (Republicanos-TO) e o presidente da CPMI será o senador Omar Aziz (PSD-AM). Os nomes foram anunciados nesta sexta-feira (15) pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), por meio de suas redes sociais. Poucos após ser anunciado relator, Ricardo Ayres manifestou em suas redes sociais como assumirá os trabalhos na comissão.

“Assumo a relatoria da CPMI do INSS com a responsabilidade de conduzir um trabalho técnico, imparcial e transparente. Nosso compromisso é apurar com rigor todas as denúncias de irregularidades que possam ter prejudicado aposentados e pensionistas, garantindo que os culpados respondam pelo que fizeram e que os direitos de cada beneficiário sejam preservados”, destacou Ayres por meio de suas redes sociais.

A comissão mista será formada por 15 deputados federais e 15 senadores titulares, tendo o mesmo número de suplentes para ambas as Casas do Congresso. Ao longo dos 180



Kayo Magalhaes/Câmara dos Deputados

Ricardo Ayres promete “trabalho técnico e imparcial”

dias de trabalho da CPMI, os parlamentares se debruçarão sobre a Operação Sem Desconto, da Polícia Federal (PF) juntamente com a Controladoria-Geral da União (CGU). Os agentes apuraram que, entre 2019 e 2024, foram desviados indevidamente R\$ 6,4 bilhões mensais de aposentados e pensionistas do INSS, que eram descontados mensalmente sob a justificativa de que os beneficiários teriam se tornado membros de associações de aposentados – o que não era o caso, já que as vítimas não foram vinculadas a nenhuma associação.

Adultização

Em meio à repercussão sobre a “adultização” de crianças e adolescentes – que envolve a sexualização de menores de idade, inclusive por meio da exposição na internet, e abuso sexual de menores –, o tema volta a ser amplamente debatido nesta semana no Congresso Nacional. Somente nesta terça-feira (19)

a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) debaterá, ao menos, sete projetos de lei que visam proteger e/ou garantir o direito à segurança e dignidade de crianças e adolescentes.

Destes sete projetos, quatro alteram ao menos um trecho do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). O PL 5810/2019 altera o artigo 70 do ECA, para que as redes de ensino público e privada divulguem cartilha de orientação às crianças e aos adolescentes para prevenção contra a pedofilia na internet. Além dele, o PL 3212/2015 altera o ECA para caracterizar o abandono afetivo como ilícito civil; e o PL 5553/2023, que torna crime “recusar, retardar ou omitir informações cadastrais solicitadas por juiz, delegado ou membro do Ministério Público em investigação de processo de abuso, violência ou exploração sexual de criança ou adolescente”.

Apesar de o poder Legislativo já discutir medidas para pro-

teger crianças e adolescentes, o tema sobre sexualização precoce e abuso sexual e psicológico infantil veio à tona com muita repercussão após um vídeo do influenciador digital Felipe Bressanim Pereira (Felca) trazer dados e exemplos recentes, denunciando o tema.

Outras pautas

Nesta terça-feira, a partir das 10h, está agendada a reunião de líderes da Câmara dos Deputados. Após o último encontro ter sido cancelado, nesta quinta-feira (14), a expectativa é que os líderes da oposição tentem emplacar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 333/2017 que determina o fim do foro especial por prerrogativa de função (conhecido como foro privilegiado) em casos de crime comum para ser pautada nesta semana. Se aprovada, eventuais crimes de parlamentares em primeira instância seriam julgados em tribunais de instâncias inferiores.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



lbre/FGV

Lia Valls elogia pacote de socorro a exportadores

Especialista: medidas têm caráter provisório

Especializada em comércio exterior, a professora Lia Valls considera importantes as medidas anunciadas pelo governo para compensar em parte as consequências do tarifaço norte-americano, mas ressalta que as providências têm um caráter provisório.

Professora da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e do Ibre (Instituto Brasileiro

de Economia, da Fundação Getúlio Vargas), ela frisa que o governo ainda precisa detalhar com será operacionalizado o pacote, que busca, principalmente, beneficiar pequenas empresas.

Lia ressalta que apenas a conquista de novos mercados representará uma situação definitiva, caso Donald Trump não volte atrás nas punições por ele anunciadas.

Cercas

Ela lembra que, por maior que seja nosso mercado interno, ele é incapaz de absorver produtos muito específicos, como madeiras de árvores coníferas, muito usadas nos Estados Unidos para a construção de cercas de resistências. Algo quase inexistente por aqui.

Sem respostas

Para a especialista, o governo tem um papel muito importante na busca desses novos mercados. Ela ressalva, porém, que não se pode culpar o Brasil pelo problema causado por Trump. Lembra que Brasília tentou negociar o tempo todo, e não teve respostas.

Carla Zambelli prestes a ser condenada outra vez

Por Karoline Cavalcante

Novos desdobramentos judiciais colocam a deputada federal licenciada Carla Zambelli (PL-SP) em uma posição ainda mais delicada. A parlamentar, que já foi condenada por envolvimento na invasão dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), está próxima a ser condenada novamente pelo Supremo Tribunal Federal (STF), desta vez por porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal com uso de arma.

O episódio ocorreu em outubro de 2022, na véspera do segundo turno das eleições, durante um ato político em São Paulo. Na ocasião, o jornalista Luan Araújo se aproximou do grupo liderado por Zambelli e proferiu frases provocativas, como “Amanhã é Lula”, além de insultos aos presentes. Em reação, Zambelli sacou uma arma de fogo, iniciou uma perseguição e, ao localizar Araújo dentro de um estabelecimento comercial, apontou a arma para ele e ordenou que se deitasse no chão.

Na última sexta-feira (15), o caso voltou a avançar no STF após o fim do pedido de vista solicitado pelo ministro Kassio Nunes Marques — até o momento, o único a votar contra a responsabilização da parlamentar. Mesmo sem divulgar os fundamentos do voto, a manifestação de Nunes Marques não alterou o cenário: já há maioria formada no plenário virtual a



Reprodução/vídeo

Já há maioria para condenação de Zambelli

favor da condenação de Zambelli, com pena prevista de cinco anos e três meses de prisão em regime semiaberto, além da perda do mandato.

O relator do caso, ministro Gilmar Mendes, afirmou que o uso de arma de fogo como resposta a provocações não é admissível em um Estado Democrático de Direito. Acompanham o voto do relator os ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Dias Toffoli. Todos também defenderam a cassação do mandato em razão da condenação criminal. Ainda faltam os votos de Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Luiz Fux e André Mendonça, que têm até esta sexta-feira (22) para se manifestar.

“Injustiça”

Em publicação na rede social X (antigo Twitter), o advo-

gado Fabio Pagnozzi — responsável pela defesa de Zambelli — afirmou que os crimes que foram imputados à sua cliente são manifestamente injustos, como a pena que lhe foi imposta. “Ainda que, em tese, fosse culpada — é absolutamente desproporcional, arbitrária e revestida de ilegalidade”.

“É evidente, para qualquer observador imparcial, que tais penas foram aplicadas movidas por ódio ideológico, por parte de pessoas que sequer deveriam integrar o julgamento do caso, diante dos impedimentos previstos expressamente na Constituição Federal — texto que, ironicamente, é sistematicamente violado por aqueles que se autoproclamam seus defensores”, criticou Pagnozzi.

Expectativas

Ao Correio da Manhã, a advogada Daniela Poli Vlavianos,

do escritório Arman Advocacia, explicou que, mesmo que os quatro votos restantes sejam contrários, a maioria já está formada. A expectativa é que o STF confirme a condenação, mantendo a pena de cinco anos e três meses em regime semiaberto, com a consequente perda de mandato.

Zambelli deixou o país em maio, pouco antes de ter a prisão decretada, e passou a viver na Itália, onde também possui cidadania. Em território italiano, solicitou asilo político, mas acabou presa no fim de julho, em Roma, após ser incluída na lista vermelha da Interpol. A Justiça italiana decidiu mantê-la sob custódia enquanto analisa o pedido de extradição feito pelo governo brasileiro. Não há um prazo definido para a conclusão do processo, que seguirá os trâmites italianos.



Isac Nóbrega/PR

Norte-americano voltou a reclamar do Brasil

‘Acusação de Donald Trump não se justifica’

Lia Valls admite que o país tem tarifas altas para muitos produtos importados, e que algumas ficam fora do estabelecido pelo Mercosul: o grupo criou a TEC, Tarifa Externa Comum, que tem o teto de 35%.

Mas afirma que a eventual redução de percentuais tem que atender a interesses brasileiros, não aos norte-americanos.

Até porque, frisa, não adianta oferecer esse tipo de medida para Trump, já que ele demonstra não querer negociar.

Ela destaca que a acusação, feita pelo presidente norte-americano, de que o Brasil é um “péssimo parceiro comercial” não se justifica, pois os Estados Unidos têm superávit nessa relação.

Benefícios

Segundo a professora, as tarifas protecionistas brasileiras não são políticas, mas técnicas, estabelecidas a partir de critérios da Organização Mundial do Comércio. Eventuais reduções, porém, podem gerar benefícios e diminuição de custos, inclusive para a indústria local.

Chapéu pro Cap

Panfletos que pedem doações para viabilizar obras no Colégio de Aplicação da UFRJ começaram a ser distribuídos no Rio — a contribuição sugerida é de R\$ 100,00. Os organizadores pretendem arrecadar R\$ 500 mil para que o Cap possa “funcionar em sua plenitude”.

Retaliação

Ela descarta a viabilidade de o país criar tarifas punitivas para produtos dos EUA. Isso afetaria mais a nossa vida do que a deles — o Brasil representa de 2% a 3% das exportações americanas. Mas elogia a iniciativa de empresas brasileiras contratarem advogados por lá.

Aprovação

Em julho, um muro do colégio, que fica na Lagoa, desabou. Segundo a UFRJ, a iniciativa é de ex-alunos e foi aprovada pela reitoria da universidade e pela direção do Cap. Diz que um comitê gestor acompanhará o uso dos recursos, que irão para conta específica.